

**Entre o Político e o Vernacular:
Reconhecendo a Paisagem do Conjunto Habitacional João Domingos Netto.**

SESSÃO TEMÁTICA: ET2: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA
GESTÃO DA PAISAGEM

João Pedro Pereira
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC UNESP)
joao.p.pereira@unesp.br

Hélio Hirao
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT UNESP)
helio.hirao@unesp.br

Thamine de Almeida Ayoub Ayoub
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT UNESP)
thamine.ayoub@unesp.br

RESUMO

O trabalho analisa a paisagem do Conjunto Habitacional João Domingos Netto (PMCMV), em Presidente Prudente (SP), reconhecendo tensões entre a paisagem política homogênea, padronizada e orientada por estratégias de controle, e as paisagens vernaculares produzidas pelos moradores. A partir das metodologias do caminhar e do cartografar, identificam-se usos, rastros, atmosferas e transformações que emergem das práticas cotidianas, como plantar, personalizar, ocupar e criar caminhos. Três expressões cartográficas evidenciam processos temporais de mudança, reorganização e singularização da paisagem. Os resultados mostram que o conjunto, projetado para ser rígido e uniforme, torna-se um espaço-movimento, onde o cotidiano reconfigura a materialidade original e produz outras paisagens.

PALAVRAS-CHAVE: política habitacional; paisagem política e vernacular; cartografar.

ABSTRACT

This study analyzes the landscape of the João Domingos Netto Housing Complex (PMCMV) in Presidente Prudente, São Paulo, highlighting the tensions between the political landscape, characterized by homogeneity, standardization, and control strategies, and the vernacular landscapes produced by residents. Drawing on walking and cartographic methodologies, the research identifies uses, traces, atmospheres, and transformations emerging from everyday practices such as planting, personalizing, occupying, and creating informal paths. Three cartographic expressions reveal temporal processes of change, reorganization, and singularization of the landscape. The results show that the complex, originally designed to be rigid and uniform, becomes a space-in-movement, where daily life reconfigures its materiality and produces new forms of landscape.

KEYWORDS: housing policy; political and vernacular landscape; cartography.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento urbano, ao longo de sua constituição histórica, tem buscado incorporar os espaços livres e verdes como elementos estruturadores das cidades. Segundo Ragonha e Schenk (2022), a paisagem atua como meio de reaproximação entre os habitantes

urbanos e a natureza, articulando dimensões ecológicas, sociais e simbólicas do espaço. Já Besse e Vidal (2025) analisam que a paisagem foi, historicamente, tratada como um componente do ordenamento territorial, associada tanto à leitura urbana quanto à organização dos espaços.

A partir do final do século XIX, o conceito de paisagem passou a ser utilizado como instrumento de ordenação das cidades, autores como Olmsted e Forestier, que acreditavam que, por meio dos parques e redes verdes hierarquizadas, seria possível ordenar territorialmente as cidades (Ragonha; Schenk, 2022).

No entanto, ao longo do século XX, observa-se um processo de fragmentação entre o planejamento urbano, o urbanismo e o paisagismo, o que enfraqueceu a relação integrada entre cidade e natureza (Besse; Vidal, 2025). O planejamento urbano hegemônico contemporâneo, orientado pela lógica capitalista e neoliberal, tende a padronizar e pré-determinar os usos dos espaços urbanos, operando sobre uma abstração da cidade real e vivida (Varela; Bertazzo; Jacques, 2002). Nesse contexto, a paisagem passa a funcionar como instrumento de controle e normatização, um meio político de expressão e imposição dos interesses de grupos dominantes (Melo Filho, 2021).

Para Melo Filho (2021), a paisagem deve ser compreendida como um elemento ativo, capaz de mobilizar vontades políticas e hegemônicas, orientando as formas de ação, interpretação e transformação do espaço. Essa dimensão política se materializa de forma evidente na produção dos conjuntos habitacionais de interesse social, cuja concepção, pautada por princípios neoliberais, reproduz em grande escala uma homogeneização do espaço urbano, marcada pela precarização do habitar e pela redução da qualidade ambiental e social (Rocha; Shimbo, 2023).

Nesses conjuntos, os espaços livres e verdes assumem caráter residual e fragmentado, expressando a lógica de um planejamento que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade espacial e experiência sensível e cotidiana do espaço (Benvenga, 2011). Diante dessa lógica de produção do urbano e da utilização da paisagem como instrumento político, emergem questionamentos sobre o papel da ação humana na constituição e transformação das paisagens: como os moradores apropriam-se e ressignificam o espaço urbano? De que forma interagem, resistem e transformam o espaço construído e sua paisagem?

A partir dessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo analisar a paisagem do Conjunto Habitacional João Domingos Netto, em Presidente Prudente (SP), buscando reconhecer as transformações e ressignificações que emergem a partir da ação humana sobre o espaço. Pretende-se compreender como as práticas cotidianas dos moradores produzem paisagens vernaculares em contraposição à paisagem política (Besse, 2014) imposta pelas estratégias hegemônicas do planejamento urbano neoliberal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Paisagem Política: Estratégia de Controle e Produção do Espaço

Segundo Besse (2014), a paisagem política, conceito formulado por John Brinckerhoff Jackson, representa a expressão espacial das grandes visões de poder, implantada em



larga escala e orientada por uma racionalidade técnica e geométrica que busca impor ordem e unidade ao território. Estruturada por dispositivos e obras monumentais, essa paisagem materializa a ação de centros decisórios hegemônicos, operando sobre o espaço de modo centrífugo (do centro para as margens). Seu desenho tende à geometrização e à homogeneização do território, desconsiderando condicionantes locais como topografia, hidrografia e contexto social (Besse, 2014). Trata-se, portanto, de uma paisagem que antecipa e normatiza o território, reduzindo-o a uma abstração cartográfica e funcional. Essa racionalidade técnica traduz a utopia moderna da igualdade e da eficiência em um gesto político-territorial de controle.

A partir dessa lógica, a paisagem política é institucionalizada pelos Planos Diretores e Planos Municipais, assumindo, como aponta Melo Filho (2021), o papel de instrumento de ordenamento territorial que articula interesses políticos e econômicos na produção do urbano. Certeau (1998) contribui ao definir “estratégia” como o conjunto de ações derivadas de um “lugar próprio”, isto é, das instâncias de poder que buscam organizar e dominar o cotidiano, sobretudo dos grupos subalternizados. Assim, a paisagem política pode ser entendida como estratégia de dominação e normatização, manifestando-se em várias escalas e se materializando em instrumentos técnicos e legais que inscrevem no território as racionalidades dominantes.

Nos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, produzidos sob a lógica do mercado imobiliário, as estratégias de dominação identificadas por Certeau (1998) atuam desde a escolha periférica dos terrenos, reforçada por planos diretores e zoneamentos que direcionam as ZEIS para áreas afastadas, até a conformação urbanística e arquitetônica. Como discute Damiani (1993), o cotidiano nesses conjuntos é disciplinado pelo próprio projeto: ruas largas, tipologias homogêneas, ausência de usos mistos e espaços públicos residuais expressam uma racionalidade técnica que normatiza e contém a vida urbana. Assim, a paisagem política se afirma como instrumento de controle e padronização, produzindo espaços livres concebidos como sobras da malha urbana e consolidando uma paisagem homogênea e estática, marcada pela reprodução simbólica da ordem e pelo apagamento da diversidade.

2.2 Paisagem Vernacular: A Dimensão Humana e Cotidiana do Espaço

Em contraposição a paisagem política, Besse (2014) retoma a ideia criada por John Brinckerhoff Jackson de paisagem vernacular. Enquanto a primeira é marcada pela ordem, pela monumentalidade e pela imposição de uma racionalidade geométrica e simbólica, a paisagem vernacular se define pelo cotidiano, pela experiência sensível e pelo modo como os sujeitos habitam e transformam o espaço. Trata-se de uma paisagem viva, habitada, que expressa o vínculo existencial do homem com o mundo e revela as formas concretas do “estar-no-mundo”.

A paisagem vernacular, segundo Besse (2014), caracteriza-se pela ausência de marcações políticas e formas dominantes de poder, configurando-se como um espaço flutuante, incerto e residual, situado nas margens e interstícios do território. Essa condição periférica e indeterminada é justamente o que lhe confere dinamismo e vitalidade, permitindo usos temporários, adaptações e contínuas reinvenções (Besse, 2014). Diferentemente da paisagem política, orientada pela ruptura e pela fundação, a paisagem vernacular expressa um modo de temporalização baseado na continuidade e no costume, em que passado e presente se entrelaçam em processos de transformação gradual e não

planejada. Para Jackson (1984), trata-se de uma paisagem existencial, cuja identidade se constrói no próprio ato de ser habitada e transformada, uma paisagem em movimento, resultado das práticas cotidianas e da relação sensível entre o humano e o mundo, que resiste à fixidez e à abstração da racionalidade política.

A paisagem vernacular é marcada pelas táticas do cotidiano, entendidas por Certeau (1998) como “trilhas” que atravessam o tecido homogêneo da cidade planejada e funcionam como formas de resistência às estratégias dos grupos hegemônicos. Relacionadas à paisagem política, essas táticas operam como ações de ressignificação, emergindo nas frestas da ordem imposta e instaurando outros modos de uso e percepção do espaço. Nos conjuntos habitacionais, elas se materializam em gestos como plantar mudas, cultivar frutíferas, produzir mobiliários improvisados, criar lixeiras artesanais ou abrir caminhos espontâneos, práticas que expressam desejos e singularidades e constituem uma paisagem viva e em movimento. Assim, paisagem política e paisagem vernacular coexistem em tensão contínua, revelando o espaço urbano como campo de disputa e reinvenção cotidiana.

Essas transformações na paisagem ocorrem em um processo que Paola Jacques (2003) denomina “espaço-movimento”, entendido como a participação ativa da população na construção e transformação do meio urbano. Nos conjuntos habitacionais, esse processo revela a tensão entre o planejamento e o projeto tradicionais, que espacializam o tempo fixando modos de vida em formas rígidas, ortogonais e homogêneas, e as ações cotidianas da comunidade, que, por meio das táticas e da paisagem vernacular, temporalizam o espaço (Varela; Bertazzo; Jacques, 2002). Enquanto o planejamento busca ordenar e estabilizar o território, a ação humana o torna dinâmico e mutável, sobrepondo camadas temporais, simbólicas e afetivas ao espaço projetado. Assim, o espaço-movimento expressa a potência do habitar cotidiano em subverter a lógica erudita e instaurar novas temporalidades no tecido urbano.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS: CAMINHAR E CARTOGRAFAR

Este trabalho adota como estratégias metodológicas o caminhar e o cartografar, articuladas como formas de investigar o território e suas paisagens em sua dimensão viva e dinâmica. A proposta não é representar o espaço como algo fixo, mas acompanhar processos, apreendendo modos de existência, usos e transformações que configuram o lugar. Essa abordagem dialoga com experiências do GPARC, que aprofundam o caminhar e o cartografar como práticas críticas e sensíveis de apreensão urbana. Ao integrar essas estratégias, busca-se construir uma perspectiva experiencial e processual capaz de captar forças, afetos e dinâmicas que atravessam a paisagem cotidiana do conjunto habitacional.

O caminhar é aqui compreendido como uma técnica de investigação urbana que se fundamenta na experiência direta e sensível do lugar. Conforme Hirao, Tarocchi e Frascareli (2024), o caminhar espontâneo e atento permite acessar dimensões perceptivas, afetivas e existenciais que ultrapassam a mera observação visual. O corpo em campo atua como instrumento de cognição, atento aos sentidos, captando intensidades e atmosferas muitas vezes invisíveis, mas que constituem a paisagem vivida.

Segundo Careri (2013), o caminhar é uma prática estética e performativa que rompe com as rotinas espaciais estabelecidas, promovendo novas formas de habitar, pensar e experienciar a cidade. Trata-se de um ato crítico e sensível de interação com o urbano, capaz de revelar camadas simbólicas, históricas e sociais do espaço. Ao abandonar

trajetos previamente definidos e se deixar guiar pelos fluxos e ambiências, o caminhante torna-se sujeito ativo da paisagem, ressignificando-a de modo não linear (Careri, 2013).

A cartografia é compreendida como desdobramento e aprofundamento do caminhar, uma prática que busca acompanhar os processos que configuram o lugar. Segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2009) seu objetivo é produzir representações sensíveis e sistematizadas das dinâmicas, usos e apropriações observadas in loco, reconhecendo o território como um campo em permanente devir.

Cartografar, nessa perspectiva, não é apenas descrever uma realidade dada, mas envolver-se com ela e participar de sua criação e transformação (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009). A prática ultrapassa o plano material e acessa forças que co-produzem objetos e paisagens, fazendo do ato de habitar o território parte do método. Inspirada em Deleuze e Guattari (1980), a cartografia busca escapar de formas fixas e classificações, adotando uma leitura intensiva do real e assumindo a transversalidade como princípio: pesquisador, território e paisagens se implicam mutuamente no processo.

3.1 Expressões Cartográficas

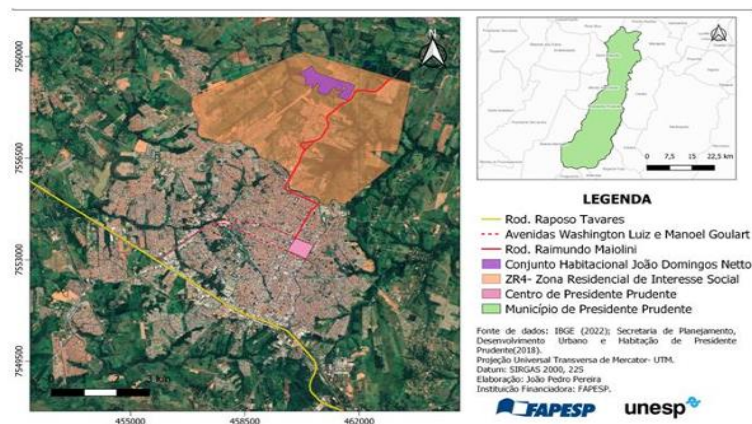
Como resultado do processo articulado entre o caminhar e o cartografar, emergem as expressões cartográficas, que sistematizam e tornam visíveis as questões apreendidas em campo, de forma organizada e conceitual. Durante o trabalho de campo, são registrados elementos como o percurso, os horários de início e término das caminhadas, além dos procedimentos de registro, como o diário de bordo, as fotografias e as coletas realizadas. A partir desse material, se elaboram três expressões cartográficas: uma cartografia de coleta, que expressa as ações nos espaços e o reconhecimento da área estudada; uma cartografia da atmosfera, que apreende as cores, afetos, forças e verbos que atravessam o bairro; e uma cartografia temporal, que acompanha as transformações da paisagem por meio da comparação entre registros fotográficos de 2015 e 2025, evidenciando processos de mudança e permanência.

4 O CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO (MCMV)

O Conjunto Habitacional João Domingos Netto é um empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), inaugurado em 2015. O bairro está localizado na zona norte de Presidente Prudente-SP (Figura 01), a cerca de sete quilômetros do centro urbano. O conjunto segue a lógica da produção habitacional de interesse social em larga escala, caracterizada pela padronização construtiva e pela busca de redução de custos. Foram construídas 2.343 unidades habitacionais em uma área total de 950.581,63 m².

Figura 1: Mapa de Localização do Conjunto Habitacional João Domingos Netto

Figura 20: Localização do Conjunto Habitacional João Domingos Netto.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Com base em Ferreira et al. (2012), o Conjunto Habitacional João Domingos Netto pode ser analisado em três escalas: inserção urbana, implantação e projeto urbano. Na escala da inserção urbana, observa-se que sua localização a sete quilômetros do centro evidencia a busca por terrenos mais baratos, resultando na implantação em área periférica e pouco valorizada. Até 2025, havia apenas uma via de acesso, pela Rodovia Raimundo Maiolini (Secretaria de Planejamento e Habitação, 2018), reforçando o isolamento físico do conjunto. O trabalho de campo realizado em 2025 constatou carência de equipamentos públicos e infraestrutura: o bairro conta com apenas uma Unidade de Saúde da Família, poucos comércios e ausência de escolas públicas.

Na escala da implantação, predomina a padronização das habitações e a ausência de adequação ao relevo, gerando problemas recorrentes de drenagem e erosão, especialmente em períodos de chuva intensa (Vieira, 2019). O conjunto possui 85.637,65 m² de áreas verdes (9,01% da área total) distribuídas em sete praças, enquanto o sistema viário ocupa 320.226,54 m² (33,69%), indicando prioridade dada à circulação. Implantado em zona ZR4, destinada à habitação de interesse social, o conjunto se localiza em um vazio urbano periférico, reforçando a fragmentação e desigualdade da malha urbana (Carta de Zoneamento, 2018).

Na escala do projeto urbano, destacam-se limitações arquitetônicas e urbanísticas típicas da produção em massa: baixa qualidade construtiva, ausência de planejamento paisagístico e espaços livres com baixa qualidade ambiental. As praças carecem de mobiliários, equipamentos e manutenção, tornando-se áreas residuais. Conforme Pereira e Ayoub (2024), foram concebidas sem diretrizes paisagísticas e sem considerar o uso cotidiano, o que favorece deterioração física e simbólica, levando algumas a serem usadas como áreas de descarte.

Assim, o Conjunto João Domingos Netto expressa contradições da política habitacional brasileira: amplia o acesso à moradia, mas reproduz modelos urbanos excludentes e paisagens homogêneas, com pouca diversidade espacial e fracas relações com o entorno. O parcelamento e a execução das obras ficaram a cargo de três construtoras contratadas pelo programa federal.

5 RECONHECENDO A PAISAGEM DO JOÃO DOMINGOS NETTO

Entende-se que o caminhar e o cartografar são procedimentos de acompanhamento: processos que exigem voltar a campo repetidas vezes, porém, este trabalho nasce de um reconhecimento inicial, produto da primeira experiência metodológica no bairro estudado, fruto de uma caminhada, constituindo uma aproximação aos modos de existências e dinâmicas do João Domingos Netto. Ao percorrê-lo, tornou-se evidente que, estando dentro do próprio território, era possível observar um processo de descaracterização da materialidade original do bairro.

A caminhada foi realizada em 30 de setembro de 2025, com o objetivo de percorrer as sete praças do Conjunto Habitacional João Domingos Netto. Partiu-se de um trajeto previamente definido, contudo, o ato de caminhar permitiu que o percurso fosse guiado pelos estímulos do ambiente, pessoas, sons, odores e resíduos acumulados que convocavam pausas, desvios e novas direções. Todo o deslocamento foi registrado pelo aplicativo Strava, por meio do sistema de GPS, resultando em um mapa (Figura 2) que evidencia as espacialidades efetivamente percorridas. A atividade teve duração aproximada de duas horas e vinte e oito minutos, com início às 9h57 e término às 12h25.

Figura 2: Percurso realizado na caminhada realizada no CHJDN



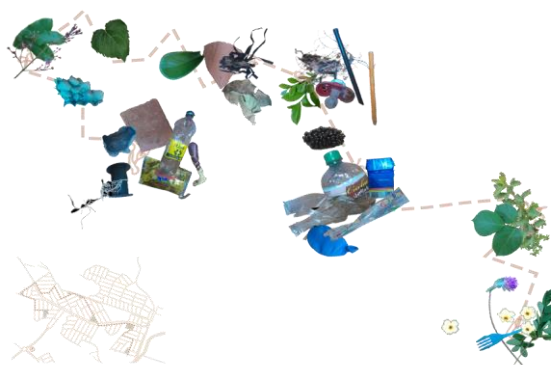
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Durante o trajeto, foram realizados registros fotográficos, anotações em diário de bordo, coletas de materiais e fragmentos vegetais e gravações sonoras, compondo um conjunto de observações que visam apreender a dimensão sensível da paisagem. As percepções registradas serviram de base para a elaboração de cartografias expressivas, nas quais os dados objetivos se articularam às experiências subjetivas do percurso. No início da caminhada, a temperatura ambiente aproximava-se de 30°C, atingindo cerca de 33°C ao final do trajeto, condição climática que também influenciou a experiência corporal do caminhar e a leitura do espaço.

Durante o percurso, observou-se pouca apropriação direta dos espaços e poucas práticas de permanência no bairro, com exceção de algumas senhoras sentadas em cadeiras nas calçadas e de uma criança empinando pipa. Apesar disso, era evidente que o território era apropriado de múltiplas maneiras: havia pistas de uso dispersas pela paisagem. Nesse sentido, a expressão cartográfica de coleta (Figura 3) torna-se fundamental, pois reúne

objetos, resíduos e elementos vegetais que evidenciam formas de uso e apropriação que não se manifestam necessariamente na presença corporal imediata, mas que deixam marcas materiais no território.

Figura 3: Expressão Cartográfica de Coleta



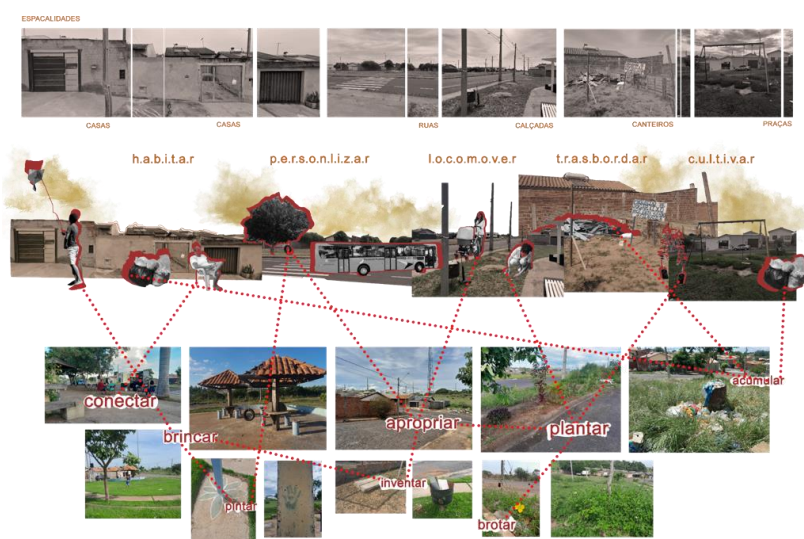
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A cartografia de coleta permitiu identificar um conjunto de rastros materiais que, dispersos pelo território, revelam práticas de uso, apropriação e transformação do bairro. Fragmentos de construção, resíduos domésticos, restos plásticos, objetos reutilizados e elementos vegetais evidenciam que a paisagem é continuamente produzida pelos gestos cotidianos dos moradores. Cada material recolhido funciona como um índice de ação, apontando para obras improvisadas, adaptações do ambiente, circuitos locais de consumo e descarte, bem como para práticas de cuidado e cultivo que emergem mesmo em áreas de infraestrutura precária. A justaposição desses vestígios revela uma relação entre natureza e cultura, na qual a presença humana se expressa de forma simultaneamente inventiva, provisória e assimétrica.

A distribuição espacial desses objetos, apresentada na cartografia, explicita dinâmicas distintas de circulação, abandono e uso. Aglomerações de resíduos aparecem sobretudo nas bordas pouco monitoradas do bairro, enquanto sinais de cultivo, plantio e pequenas intervenções tendem a se concentrar próximos às residências e aos trajetos cotidianos. Essa configuração demonstra que o território é produzido por camadas superpostas de intervenções formais e informais, cujos efeitos se acumulam e redefinem constantemente a paisagem. Assim, a cartografia de coleta não apenas registra materiais dispersos, mas torna visível a dimensão micropolítica das práticas territoriais, evidenciando que a produção do bairro é um processo vivo, situado e contínuo, no qual o planejamento oficial é apenas uma entre muitas forças atuantes.

Dessa maneira, observa-se como essas práticas transformam os espaços e suas espacialidades: a ação humana, traduzida nos gestos de habitar, personalizar, cultivar e transbordar, altera a matéria original do conjunto urbano, produzindo novas espacialidades nas ruas, calçadas, canteiros e praças. A paisagem torna-se, assim, um campo onde se expressam dualidades e conflitos, de um lado, a materialidade rígida e padronizada do loteamento; de outro, as singularidades que emergem das intervenções cotidianas, onde a presença humana se materializa e cria formas próprias de uso. A atmosfera que se apreende é singular e revela a pluralidade dessas composições, nas quais processos políticos e práticas vernaculares se entrelaçam e coexistem. Nesse sentido, a expressão cartográfica das atmosferas (Figura 4) busca tornar visíveis essas dinâmicas, reconhecendo e representando as atmosferas que configuram o bairro.

Figura 3: Expressão Cartográfica de Atmosferas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A expressão cartográfica das atmosferas evidencia que o bairro é produzido para além de sua materialidade, revelando como ações cotidianas ordinárias, improvisadas ou silenciosas, geram espacialidades próprias, distintas das previstas pelo planejamento urbano. Esses gestos reorganizam usos, ampliam funções e atribuem novos sentidos ao espaço, produzindo atmosferas que emergem do encontro entre a forma urbana e a prática social. Assim, tornam-se visíveis as tensões entre duas forças que disputam a paisagem: o político, ligado à ordem formal e padronizada do loteamento, e o vernacular, composto por invenções e arranjos cotidianos que reconfiguram essa ordem. As atmosferas expressam essa tensão produtiva, mostrando como a presença humana desloca a rigidez do traçado urbano ao introduzir singularidades do vivido. A cartografia não apenas registra esse conflito, mas o traduz, permitindo compreender como a vida cotidiana transborda o projeto urbano e instaura outras formas de existir e produzir a paisagem.

6 DISCUSSÃO

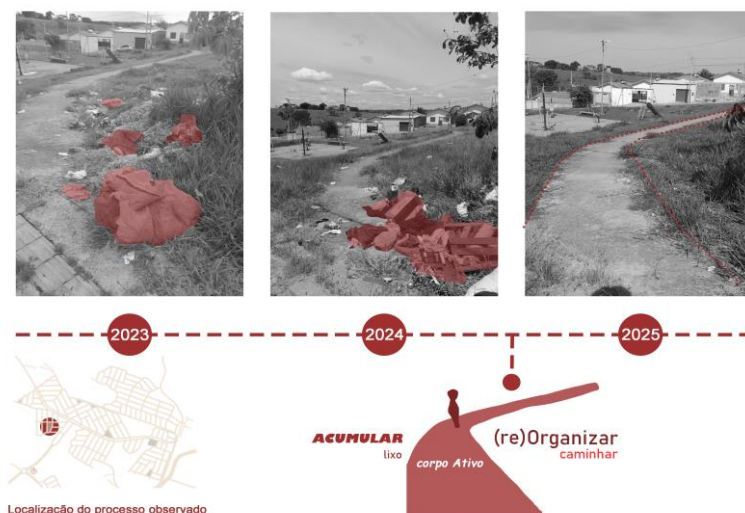
O bairro João Domingos Netto evidencia uma paisagem política típica dos conjuntos habitacionais, marcada por estratégias como ruas largas, quadras rígidas, lotes padronizados e espaços residuais que reforçam a homogeneidade urbana. Mesmo assim, essa estrutura planejada é constantemente transformada pelas práticas cotidianas dos moradores, que introduzem táticas, como abrir trilhas, plantar, personalizar fachadas, ocupar praças e criar usos espontâneos, capazes de deslocar e reinterpretar a ordem do conjunto, produzindo paisagens vernaculares. A análise parte de três cartografias temporais que cruzam o projeto original, associado à precarização e à falta de assistência estatal, com a paisagem vernacular registrada em 2025. Nessas cartografias, os processos de mudança aparecem de forma explícita, evidenciando como os moradores atuam como agentes ativos na produção, adaptação e redefinição contínua da paisagem.

6.1 Dinâmicas temporais: do acúmulo ao reorganizar

O primeiro processo (figura 05) evidencia como a paisagem periférica é marcada por dinâmicas temporais intensas, nas quais a apropriação do espaço se transforma de forma

contínua. A praça residual observada inicialmente como área de descarte e acúmulo de lixo, em poucos anos, altera-se completamente: o lixo desaparece, o trajeto é reorganizado, novas práticas surgem como caminhar. Esse processo evidencia que a apropriação não é um estado fixo, mas um movimento. O conflito entre acumular e (re)organizar revela a coexistência de lógicas distintas: uma materialidade que tende ao abandono e outra, ativada pelos corpos, que reorganiza, redefine e reinventa o espaço. A paisagem, assim, não “é”, mas “está sendo” continuamente produzida pelo embate entre forças políticas e práticas vernaculares.

Figura 5: Expressão Cartográfica Temporal: (Re)Organizar



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

6.2 Crescimento, uso e invenção

O segundo processo (Figura 06) amplia essa compreensão ao mostrar uma praça que, na entrega do conjunto habitacional, era marcada pela ausência: pouca vegetação, quase nenhuma sombra e reduzidas possibilidades de uso. Com o tempo, práticas cotidianas transformam radicalmente esse espaço. Árvores plantadas pelos moradores crescem e estruturam novos microambientes; jovens passam a ocupar a praça à noite, produzindo rastros, tensionando normas de uso, gerando resíduos e disputando o espaço. Além disso, o caminhar dos moradores cria caminhos espontâneos na grama, abrindo circuitos que não estavam previstos no desenho original. Essas práticas (plantar, ocupar, criar caminhos) configuram táticas de reexistência que tornam a paisagem dinâmica, onde o planejado e o improvisado coexistem e se confrontam. A praça torna-se, assim, produto de uma coprodução entre materialidade institucional e ação cotidiana.

Figura 6: Expressão Cartográfica Temporal: Tensões e Apropriações



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

6.3 Expressão Cartográfica Temporal: Personalizar e Singularizar

O terceiro processo (Figura 07) trata da transformação das fachadas das casas. Em um conjunto habitacional inicialmente homogêneo, padronizado e disciplinado, as intervenções dos moradores como a pintura, criação de jardins, instalação de jardineiras, plantio de espécies ornamentais, introduzem singularidades que escapam à uniformidade original. A personalização das fachadas materializa o encontro entre desejo e território: o que antes era uma superfície neutra se converte em expressão de singularidade, cuidado e pertencimento. Essas práticas vernaculares produzem uma paisagem que deixa de ser exclusivamente política, passando a incorporar camadas afetivas e simbólicas. Assim, o conjunto habitacional, pensado para ser homogêneo, se torna múltiplo, plural, atravessado por atmosferas que emergem da vida cotidiana.

Figura 7: Expressão Cartográfica Temporal: Personalizar



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Os três processos analisados mostram que as paisagens periféricas produzidas por políticas habitacionais não permanecem rígidas: elas são continuamente transformadas

por práticas cotidianas que funcionam como táticas de reexistência. Plantar, caminhar, ocupar e personalizar reconfiguram a materialidade original e instauram atmosferas que escapam ao controle institucional, revelando a força inventiva do vernacular. Assim, o João Domingos Netto deixa de ser apenas resultado da racionalidade técnica e se torna um espaço-movimento, onde político e cotidiano se entrelaçam. O conjunto, antes homogêneo e fixo, transforma-se em território vivo e mutável, afirmando a paisagem como produção ativa dos moradores e não apenas como produto do urbanismo formal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a produção da habitação de interesse social no Brasil, reconhece-se que a paisagem funciona como instrumento político, usado para estruturar, normatizar e padronizar o cotidiano. No Conjunto Habitacional João Domingos Netto, essa paisagem política (Besse, 2014), marcada por tipologias repetitivas, projeto empobrecido, baixa manutenção, vias largas e pouca vegetação, evidencia estratégias de controle (Certeau, 1998). Entretanto, as práticas cotidianas introduzem desvios que produzem uma paisagem vernacular (Besse). Gestos como apropriar, cultivar, socializar e inventar operam como táticas (Certeau, 1998) que reorganizam o bairro e revelam sua complexidade, mostrando a coexistência entre o planejado e o vivido.

A metodologia de caminhar e cartografar permitiu reconhecer esses processos, tornando visíveis usos, percursos e improvisações que reconfiguram a paisagem. Ao longo de dez anos, caminhos espontâneos, plantios, jardins, brincadeiras e marcas de uso transformam o bairro, atribuindo-lhe texturas, sons e ambiências que extrapolam a rigidez do projeto. Essas transformações aproximam-se do espaço-movimento (Jacques, 2002), no qual os moradores deixam de ser espectadores e tornam-se agentes da paisagem. Assim, o habitar produz paisagem.

Desse modo, o conjunto analisado revela que, mesmo inseridas em um cenário de forte padronização (típico das políticas habitacionais brasileiras) as práticas ordinárias operam como forças de reinvenção. A paisagem, antes pensada apenas como suporte físico ou resultado de um projeto técnico, emerge aqui como campo de disputa, negociação e criação, onde se cruzam normatividade e invenção.

O caso do João Domingos Netto evidencia que a vitalidade dos bairros populares não se reduz à materialidade construída, mas se manifesta nas camadas afetivas, temporais e simbólicas inscritas pelos moradores. Essas inscrições cotidianas reconfiguram não só a forma urbana, mas também as sociabilidades e os modos de vida, abrindo fissuras no planejamento e redefinindo aquilo que o projeto não previu.

Reconhecer essa dimensão micropolítica da paisagem é fundamental para pensar políticas habitacionais mais sensíveis às práticas sociais e menos dependentes de modelos rígidos e homogeneizantes. Ao considerar o cotidiano como produtor de paisagem e como potência transformadora, abre-se espaço para imaginar processos de projeto e gestão urbana que incorporem usos reais, tempos lentos, improvisações e modos de fazer locais. Afinal, como mostrou a pesquisa, é no encontro entre política e vida cotidiana que a paisagem se faz, e se refaz, continuamente.

REFERÊNCIAS

BENVENGA, B. M. M. CONJUNTOS HABITACIONAIS, ESPAÇOS LIVRES E PAISAGEM: Apresentando o processo de implantação, uso e de avaliação de espaços livres urbanos. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2011.

BESSE, J.-M.; VIDAL, R. T. A paisagem como instrumento de planejamento: diálogos interdisciplinares com Jean-Marc Besse. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2025. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202544. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7935>. Acesso em: 2 dez. 2025.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo. Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. pp. 103-140.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: GG Brasil, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. 350 p. ISBN 85-326-1148-6.

DAMIANI, Amélia Luísa. A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I. 1993. **Tese**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06092022-095524/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** [vol. 1]. 1980. Rio de Janeiro: Editora 34.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. 1. ed. São Paulo: FUPAM, 2012.

HIRAO, Hélio; TAROCCHI, Carolina Silva; FRASCARELI, Marina Biazotto. Walking and expressing the city collectively, a teaching-learning experience in the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [S. l.], v. 12, n. 85, 2024. DOI: 10.17271/23188472128520245025. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidade/s/article/view/5025. Acesso em: 7 mar. 2025.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the Vernacular Landscape**. New Haven: Yale University Press, 1984.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003.

MELO FILHO, Dirceu Cadena de. Política da paisagem e paisagem política em São Paulo. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e20008, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20008>. Acesso em: 02 nov. 2025.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, João Pedro; AYOUB, Thamine de Almeida. O PROCESSO DE DETERIORAÇÃO DAS PRAÇAS DO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO (PMCMV).. In: **Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**: Encruzilhadas – convergências e dispersões. Anais...Rio de Janeiro(RJ) FAU/UFRj, 2024. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/enanparq8/851142-O-PROCESSO-DE-DETERIORACAO-DAS-PRACAS-DO-CONJUNTO-HABITACIONAL-JOAO-DOMINGOS-NETTO-\(PMCMV\)](https://www.even3.com.br/anais/enanparq8/851142-O-PROCESSO-DE-DETERIORACAO-DAS-PRACAS-DO-CONJUNTO-HABITACIONAL-JOAO-DOMINGOS-NETTO-(PMCMV)). Acesso em: 02/12/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE Presidente Prudente. **Carta de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo urbano**. Lei Complementar nº 231/2018. Presidente Prudente, 2018.

RAGONHA, Jéssica; SCHENK, Luciana Bongiovanni Martins. Planejar com a Paisagem: contatos históricos e perspectivas contemporâneas. **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 19, p. 1–16, 2022. DOI: 10.24220/2318-0919v19e2022a4971. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4971>. Acesso em: 2 dez. 2025.

ROCHA, Camila Mariana Gonçalves Vieira; SHIMBO, Lucia. Buscando qualidade nos padrões: espaços livres nos projetos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 20, p. 1–19, 2023. DOI: 10.24220/2318-0919v20e2023a4956. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4956>. Acesso em: 2 dez. 2025.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. **Maré: vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002

VIEIRA, M. P. Albano. Qualidade ambiental na produção de habitação de interesse social em Presidente Prudente\SP: o caso dos conjuntos Ana Jacinta e João Domingos Neto. **Tese de doutorado**. Presidente Prudente, 2019